
CALENDÁRIO ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO INTERCALAR DO CONSELHO PEDAGÓGICO
(12-02-2020)

- 12 de fevereiro - Aprovação dos regulamento e calendário eleitoral;**
- 18 de fevereiro – Afixação do regulamento e calendário eleitoral;**
- 21 de fevereiro – Afixação dos cadernos eleitorais reportados a 12 de Fevereiro;**
- 28 de fevereiro – Prazo de reclamação dos cadernos eleitorais;**
- 3 de março – Afixação definitiva dos cadernos eleitorais;**
- 10 de março – Prazo para aceitação das listas dos candidatos;**
- 13 de março – Afixação provisória das listas dos candidatos;**
- 18 de março – Prazo para regularização das anomalias detetadas;**
- 20 de março – Afixação definitiva das listas dos candidatos;**
- 23 a 26 de março – Campanha Eleitoral;**
- 30 de Março – Eleições.**

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE SANTARÉM

- Assembleia da Escola -

**REGULAMENTO ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO INTERCALAR DO
CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**

Artigo 1.º

Processo eleitoral

1. O processo eleitoral intercalar, conducente à eleição de docentes e estudantes, realiza-se por ser necessário garantir a equidade de representação prevista na constituição do conselho pedagógico. Aplicável á eleição de representantes: dos docentes para os curso de licenciatura em Tecnologias da Gestão Agro-Industrial (TGAI), licenciatura em Zootecnia e dos estudantes para todos os cursos em funcionamento na ESAS.
2. O início do processo eleitoral reporta-se ao dia indicado no calendário eleitoral para a afixação do regulamento e calendário eleitoral.
3. Compete ao diretor da Escola a realização das diligências necessárias ao processo eleitoral referido no número anterior.
4. O processo eleitoral é dirigido por uma mesa eleitoral, designada pelo diretor, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º deste regulamento.

Artigo 2.º

Capacidade eleitoral

1. Na eleição dos representante dos docentes, são eleitores e elegíveis todos os docentes.
2. Na eleição dos representantes dos estudantes, são eleitores e elegíveis todos os estudantes regularmente inscritos nos cursos a funcionar na ESAS com duração de pelo menos dois semestres letivos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º.

Artigo 3.º

Cadernos eleitorais

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

1. A organização dos cadernos eleitorais é assegurada pelo diretor da escola, que procederá igualmente à sua divulgação.
2. Os cadernos eleitorais deverão reportar-se ao dia indicado no calendário eleitoral.

Artigo 4º

Candidaturas

1. As candidaturas constituem-se por listas e por corpos.
2. As listas dos docentes são constituídas por um representante de cada um dos cursos de licenciatura, um representante dos cursos de TeSP e um representante dos cursos de mestrado e pós-graduação em funcionamento.
3. As listas do corpo dos estudantes são compostas por dois representantes de cada um dos cursos de licenciatura, dois representantes dos cursos de TeSP e dois representantes dos cursos de mestrado e pós-graduação em funcionamento.
4. Quando um curso funcione em regime diurno e noturno, a representação deverá ser preferencialmente assegurada por um estudante de cada regime.
5. As listas de candidatura deverão conter o nome e a assinatura de cada candidato, sendo que no caso dos estudantes: TeSP's, mestrados, pós-graduação, ou curso de licenciatura cada um apresentará a sua própria lista.
6. Por cada membro eleito, pressupõe-se a eleição de um suplente.
7. Nenhum candidato pode apresentar candidatura em mais de uma lista.
8. Cada lista poderá indicar o respetivo representante na assembleia de voto.
9. Dentro do prazo previsto no calendário eleitoral, as candidaturas devem ser entregues em envelope fechado e contra recibo nos serviços de pessoal da escola, das 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.
10. A cada lista é atribuída uma letra, por ordem alfabética, correspondente à ordem de entrada.
11. Caso não sejam apresentadas candidaturas, nas listas referidas no ponto 2 ou 3 a eleição será nominal, sendo elegíveis todos os eleitores com exceção dos que, tendo solicitado dispensa, obtenham deferimento.
12. O pedido de dispensa a que se refere o número anterior deverá ser dirigido ao diretor, devidamente fundamentado e entregue nos serviços de pessoal até 72 horas antes do início do ato eleitoral.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Artigo 5º

Ato eleitoral

1. O ato eleitoral decorre perante uma mesa eleitoral, constituída pelos elementos da mesa eleitoral a que se refere o n.º 3 do artigo 1º.
2. A mesa eleitoral referida no número anterior é composta por três membros, sendo um presidente, um secretário e um vogal.
3. O horário de funcionamento da assembleia de voto é ininterrupto, das 11h00 às 20h00.
4. São distribuídas à mesa eleitoral cópias dos cadernos eleitorais.
5. Para validade das operações eleitorais exige-se a presença de, pelo menos, dois elementos da mesa eleitoral.
6. Os boletins de voto, devidamente identificados são separados de acordo com o artigo 4º do presente regulamento.
7. Nas eleições nominais, o número de elementos assinalados no boletim de voto deverá ser igual ao número de lugares a preencher, acrescido dos respectivos suplentes.

Artigo 6º

Regime de votação

Não é permitido o voto por correspondência ou por procuração.

Artigo 7º

Continuidade das operações eleitorais

A assembleia de voto funciona ininterruptamente até serem concluídas as operações de votação e apuramento.

Artigo 8º

Contagem dos votantes e boletins

1. Encerrada a votação, o presidente da mesa eleitoral manda contar os votantes segundo as descargas efetuadas nos cadernos eleitorais.
2. Concluída a contagem, são abertas as urnas, a fim de se conferir o número de boletins de voto entrados.
3. Havendo divergência entre o número de votantes determinado nos termos do n.º 1 e o dos boletins de voto, prevalece, para efeitos de apuramento, o segundo destes números.

Artigo 9º

Ata

Compete ao secretário da mesa elaborar a ata das operações de votação e apuramento.

Artigo 10º

Boletins de voto objeto de reclamação

Os boletins de voto sobre os quais haja reclamação são rubricados pelo presidente da mesa eleitoral, sendo-lhes apensos os documentos que lhes digam respeito.

Artigo 11º

Divulgação dos resultados

Imediatamente após o apuramento dos resultados, a mesa eleitoral deverá publicitá-los, através de edital.

Artigo 12º

Apuramento dos eleitos

1. No prazo de vinte e quatro horas após o apuramento dos resultados, a mesa eleitoral elabora a ata final do ato eleitoral.
2. O apuramento dos representantes eleitos por cada lista faz-se de acordo com o método de Hondt, garantindo a representatividade de todos os cursos, nos termos dos estatutos.
3. Em caso de empate na eleição nominal prevista no n.º 11 do artigo 4º, será eleito o elemento com maior antiguidade na ESAS.
4. A ata final da mesa eleitoral deve conter a indicação nominal dos membros eleitos.
5. Na situação prevista no n.º 11 do artigo 4º, para os membros do corpo dos docentes, verificando-se eleição simultânea em vários cursos, prevalece a eleição no curso em que o eleito tiver carga horária superior.
6. A ata final da mesa eleitoral deverá ser divulgada por afixação em local devidamente assinalado.

Artigo 13º

Reclamações

Os prazos para as reclamações referentes aos diferentes atos do processo eleitoral deverão constar do calendário eleitoral.

Artigo 14º

Homologação dos resultados eleitorais

No prazo de quarenta e oito horas, a mesa eleitoral remeterá a ata e restantes documentos respeitantes à eleição ao presidente do IPS, para homologação.

Artigo 15º

Entrada em funcionamento

Após a eleição dos novos membros do conselho pedagógico, o presidente providenciará para que os mesmo tomem posse na primeira reunião que se seguir à eleição.